

DESAFIOS DA INCLUSÃO DA INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR:

AUTOR: Doutor Carlos Lopes da Graça - instituição: Universidade Gregório Semedo

Email: Carlos.graca@ugs.ed.ao

O objectivo desta comunicação consiste numa abordagem teórico-prática da diversidade em termos de necessidades educativas da população discente que actualmente tem direito à educação ao mais alto nível, com enfoque nos novos modelos de educação (Integração e Inclusão) que por sinal a escala mundial já começaram a ser introduzidos, pelo menos no ensino básico e secundário.

Entretanto, à Inclusão no Ensino Superior deixa ainda muito a desejar. Talvez esta realidade assim se apresente pelo fato de que se tenda a priorizar a garantia de uma educação básica de qualidade, para que, depois, se pense em como estendê-la a outros níveis de formação, muito embora já existem portadores de necessidades especiais (NEE) nas universidades.

Quando pensamos sobre a inclusão de portadores de NEE no Ensino Superior, existem alguns pontos cruciais, dos quais não devemos esquecer. Um primeiro aspecto, a de que o aluno, independentemente da sua condição, é livre para escolher o curso de graduação que queira fazer e é responsável pelas consequências desta escolha. Um aluno invisual, por exemplo, não pode ser impedido de cursar Artes Visuais, Cinema, Engenharia, Educação Física, Medicina, ou qualquer outra Graduação em que, aos olhos de quem enxerga, ele teria um êxito improvável.

Posto isto, importa realçar que a Inclusão pretende dar oportunidade à todos sem excepção, mesmo no contexto da educação superior, muito embora propõe a adaptação dos conteúdos, docentes as necessidades específicas de cada um.

Palavras Chave: Inclusão, Ensino Superior, Ensino Especial.

1 Pós Doutorando em Avaliação e Qualidade do Ensino Superior; Doutor em Didáctica e Organização Educativa, com especialidade em Métodos de Investigação e Diagnóstico em educação, pela Universidad de Sevilla - Espanha; Docente Investigador, Chefe do Departamento de Psicologia e Assessor de Planeamento Avaliação e Promoção da Qualidade pela Universidade Gregório Semedo.

OBJECTO DE ESTUDO

Este estudo cujo objecto tratou por um lado dos desafios da inclusão das populações especiais no ensino superior, e por outro lado, analisar a percepção e as vivências dos empregadores, que já possuem funcionários portadores de NEE e a sua inserção no mercado formal e comparar com a percepção dos empregadores que não possuem experiências com a contratação das populações especiais. Tem como objectivos identificar as barreiras e facilidades em termos de inclusão das populações especiais no ensino superior e facilidades destas populações para inclusão no mundo do trabalho; analisar as possibilidades de inclusão no mundo do trabalho; discutir, à luz dos princípios de inclusão, as orientações fornecidas por especialistas desta linha de raciocínio, com vistas à inclusão no mundo laboral provendo desta forma a respectiva autonomia. O referencial teórico privilegiou os novos modelos de educação, enfocando a educação superior, culminando no mundo do trabalho, da deficiência física e aspectos legais que envolvem a educação para todos culminando, culminando no mundo laboral.

Mas o que significa estar incluído? O que não significa, certamente, é estar “encerrado” ou “contido”, em suma “obrigado” a pertencer a uma estrutura que não se pediu filiação nem se deseja integrar. Estar incluído numa estrutura indesejada seria até o contrário de inclusão: seria uma violência. Na verdade, todos nós gostaríamos face a um grupo com o qual profundamente discordamos de afirmar “Incluam-me por favor fora do vosso grupo”. Mas a inclusão não se pode conceber só como “estar fora”. A inclusão deve ser a possibilidade, a virtualidade ou a realidade de “pertencer”.

Nesta perspectiva é importante realçar que a Educação Inclusiva, notadamente no que se refere aos aspectos relativos às pessoas com deficiências, tem sido amplamente discutida por académicos e especialistas.

Quando pensamos sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, existem alguns pontos cruciais, dos quais não devemos esquecer. Um primeiro aspecto a ser considerado é o de que a inclusão no ensino superior passa pelo respeito incondicional à escolha do aluno por um determinado curso. Todo aluno, independentemente da sua condição, é livre para escolher o curso de graduação que queira fazer e é responsável pelas consequências desta escolha. Um aluno cego, por exemplo, não pode ser impedido de cursar Artes Visuais, Cinema, Engenharia, Educação Física, Medicina, ou qualquer outra Graduação em que, aos olhos de quem enxerga, ele teria um êxito improvável.

Infelizmente, os seres humanos têm a tendência de limitarem as capacidades uns dos outros, em função daquilo que pensam conhecer ou em função das suas próprias experiências. Daí surgem as constatações de que os invisuais só podem cursar Direito, Psicologia, Pedagogia, ou qualquer curso que, a exemplo destes, não requeira habilidades visuais. Entretanto, ousar dizer que um aluno cego altamente motivado a fazer um curso de Graduação aparentemente inadequado, pode surpreender muitas mentes conservadoras e pode criar métodos e técnicas realmente inovadoras e revolucionárias ao exercício da profissão. Sem dúvida, em um curso de Engenharia, talvez o estudante com deficiência visual encontre maiores dificuldades e barreiras, muitas delas vindas, inclusive, da atitude de seus colegas e professores. Mas, como já dito, é ele quem vai responder pelas consequências de sua escolha, e cabe a ele a decisão de enfrentar estes obstáculos até o fim.

Um segundo aspecto a ser considerado é o de que os alunos com deficiência devem ter condições de ingresso e permanência na universidade, devendo ser a eles garantidos os meios de pleno acesso ao conhecimento, em equiparação de oportunidades com os demais alunos. Cabe ao estudante com deficiência demandar pelos recursos de acessibilidade de que ele necessita, e cabe à universidade prover estes recursos.

Deste ponto, decorre um terceiro aspecto fundamental: o da importância da participação activa e actuante do aluno em seu processo de inclusão. Esta rotatividade é aliás um aspecto que precisa estar presente desde a Educação Infantil, mas deve-se considerar que um aluno do ensino superior já tenha maturidade suficiente para agir em causa própria. Assim, cabe ao aluno estabelecer um diálogo permanente com seus colegas e professores, a fim de expor suas necessidades e de encontrar os caminhos para satisfazê-las.

Um último aspecto a ser destacado é o de que a inclusão no ensino superior é papel de toda a comunidade académica e não só de alguns professores mais engajados ou de alguns núcleos de apoio. Toda a universidade, incluindo sua esfera administrativa, docente e discente, tem responsabilidades neste processo, e deve actuar de modo alinhado, rompendo todas as barreiras altitudinais que o entrem.

Como já dito, muito ainda deve ser feito para que se concretize a verdadeira inclusão dos alunos com deficiência na universidade bem como no mundo laboral após a licenciatura, mas penso que estes aspectos possam servir como base para uma reflexão sobre este assunto.

MÉTODO

O presente trabalho é sobretudo uma pesquisa bibliográfica a respeito do impacto das políticas de Integração/Inclusão nos sistemas sociais, com enfoque na educação, feito em artigos científicos e revistas específicas desta linha de raciocínio com o objectivo de identificar as barreiras bem como as facilidades relativamente ao acesso das populações e especiais no Ensino Superior e apresentar propostas para a respectiva melhoria.

Por outro lado, para este trabalho utilizou-se também observação participante, numa tentativa de tirar partido do facto de ser docente com especialidade nesta e experiência nesta linha de raciocínio, colaborando actualmente em quase todos os níveis de ensino.

As técnicas de pesquisa utilizadas foram portanto: a obrigatória pesquisa bibliográfica, análise documental e a observação estruturada, como bem nos revela a própria denominação, caracterizou-se por ser uma acção minuciosamente planejada, com vista a atender critérios preestabelecidos. Assim, o intuito foi manter-se o mais objectivo possível, eliminando por completo a minha influência sobre os fenómenos em estudo e limitando - me somente a descrever informações precisas acerca do fato em questão. Cabe ressaltar que, mediante tais aspectos, fez-se necessário a utilização de um plano previamente elaborado, que forneceu os subsídios necessários à análise desta situação, cuja natureza se manifesta por um aspecto iminentemente exploratório.

RESULTADOS, DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recolha de dados realizadas durante esta pesquisa implicou por um lado uma reflexão sobre os aspectos que têm permeado as diversas Políticas utilizadas no âmbito educativo, com ênfase nas recentes políticas de Integração e Inclusão no ensino superior bem como respectivos impactos no mundo laboral. Os principais resultados apontaram que muito embora a educação inclusiva tenha de facto possibilitado o alargamento do ensino a todos os indivíduos, independentemente das deficiências, desvantagens e/ou Handicap's que eventualmente possam apresentar, a respectiva inclusão no mundo laboral deixa ainda muito a desejar.

A nível das universidades esta problemática, foi investigada sob diferentes enfoques, desde do impacto das diversas políticas educativas na Governação da Educação até definições mais relativas a Inclusão dos alunos portadores de Necessidade Educativas Especiais, e respectivo impacto em termos de qualidade do ensino. A postura da maioria dos participantes evidencia uma posição favorável a Inclusão no âmbito da Governação da Educação nas universidades, mesmo sabendo que este facto intensifica os desafios a nível qualitativo.

Em termos do mundo laboral os resultados apontam para o facto de, mesmo com a promulgação dessas leis, as oportunidades para as populações especiais ter acesso ao mercado de trabalho, caminha em passos lentos.

Deve-se ressaltar que os dados da literatura indicam uma discrepância entre a determinação da legislação que obriga a contratação de Portadores de NEE e a sua efectivação (BATISTA, 2003; GUGEL, 2003; ARAÚJO, 2006). Segundo Anache (1996) poucas empresas contratam pessoas com deficiência.

Conclui-se por um lado que com a sugestão de que os sistemas educativos devem fornecer a educadores, professores, psicólogos, terapeutas, outros profissionais envolvidos na educação e pais um conjunto de temas, abordados de uma forma simples e sucinta, destinados a promover a aquisição ou aprofundamento de conhecimentos nas matérias que se propõem abordar no âmbito das políticas inclusivas.

Por outro lado também concluiu-se que a nível laboral, não é negado que existam avanços em direcção à profissionalização e inserção destas pessoas no mercado produtivo, porém a existência de legislações que asseguram tal direito ainda não é suficiente, uma vez que as contratações são eventuais e nem sempre compatíveis com suas reais potencialidades e, muitas vezes, sem perspectiva de ascensão na empresa. Para muitos a deficiência ainda é desconhecida e o desconhecido causa desconforto para o outro.

Mendonça (2007) afirma que o entrave dos trabalhos de inclusão social das pessoas com deficiência, não reside na ausência de dispositivos legais que promovam essa garantia. Legislação protectora tem-se em abundância, e do mais alto refinamento, digno dos países de primeiro mundo. O que falta, é integrar os tais mandamentos ao dia-a-dia das sociedades, transmudando o que hoje constitui obrigação, em satisfação de integrar um cidadão impedido de exercer sua cidadania plena, ao convívio social sadio e produtivo, sem que com isso se lhe esteja concedendo uma graça, por simpatia ou piedade, mas promovendo justiça (Mendonça, 2001 p.5).

Enfim, conhecer a visão que o empresário tem sobre o trabalho da pessoa com deficiência também deve fazer parte do processo de compreensão das dificuldades que essa população enfrenta para ocupar um espaço no mercado de trabalho, já que, por força da lei, ele acaba sendo obrigado a reservar-lhe um percentual de vagas (Tanaka e Manzini, 2005, p.275).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUTISTA, R. (1997), *Necessidades Educativas Especiais*, Lisboa: Dina Livro;

BAUTISTA, Rafael., (1997) *Necessidades Educativas Especiais*, Lisboa, Dinalivro;

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari (1994). *Investigação qualitativa em educação – Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto, Porto Editora;

BLANCO, Rosa. *Aprendendo na diversidade*. Transcrição da Conferência “*Aprendendo en la Diversidad: Implicaciones Educativas*”. III c BLOM, B. Hastings e MADAUS (1971). *Handbook on Formative and Sumative Evaluation of Student Learning*. New York: McGraw-Hill Book Company;

“Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade (1994: Salamanca)”. *Declaração de Salamanca e Linha de Acção sobre necessidades educativas especiais – 2a ed.* – Brasília: CORDE, 1997;

CORREIA, Luís Miranda (2007) *Alunos com NEE nas classes regulares: Coleção Educação Especial*, Porto Editora, LDA;

“Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (1990). *Plano de Acção para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Nova Iorque: WCEFA;

SASSAKI, Romeu K., (1997) *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA;

AMARAL, Lígia Assumpção (1994). *Mercado de trabalho e deficiência mental*. *Revista brasileira de educação especial*, São Paulo, v.01, n.02, p.127-136, jan..

GUGEL, Maria Aparecida (2003). Trabalho para pessoas portadoras de deficiência, instrumento de pleno exercício da cidadania. In: Oliveira, Maria Helena Alcântara (Org.). Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais. Brasília, DF: Dupligráfica editora. p.17-34.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga (2000). Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, abr./jun.

MENDONÇA, Rita de Cássia Tenório (2007). Breves comentários sobre os dispositivos legais que subsidiam a política de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Rede SACI.

ANACHE, Alexandra Ayach (1996). O deficiente e o mercado de trabalho: concessão ou conquista? Revista brasileira de educação especial, São Paulo, v.02, n.04, p.119-126, out..

ARAUJO, Janine Plaça; SCHMIDT, Andréia (2006). A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 12, n. 2, .

CARVALHO, Erenice Natália Soares (2003). Trabalho e construção da subjetividade: focalizando a pessoa com deficiência intelectual. In: Oliveira, Maria Helena Alcântara (Org.). Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais. Brasília, DF: Dupligráfica editora. p.35-55.